



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Comitê Interministerial para a Proteção da Camada de Ozônio
- PROZON -

ATA DA 13ª REUNIÃO DO COMITÊ EXECUTIVO INTERMINISTERIAL PARA PROTEÇÃO DA CAMADA DE OZÔNIO

DATA: 15 de maio de 2008.

HORÁRIO: Das 9:30 às 12:00 horas.

LOCAL: Sala de Reuniões do 8º andar no Ministério do Meio Ambiente

PARTICIPANTES

Ruy de Góes Leite de Barros-MMA

Magna Leite Luduvise- MMA

Liamarcia Hora- MMA

Tatiana Zanette-MMA

Ana Carolina Thomaziello- MMA

Marie Kalyva-MS

Otávio Trindade-MRE

Darly Henriques da Silva-MCT

Paulo Roberto Ximenes Pedrosa-MF

Liliane Parente Vieira-MF

Anderson Moreira do Vale Alves-PNUD

Gustavo Arnizaut-GTZ

PAUTA DA REUNIÃO

1. Aprovação das atas das 11ª e 12ª Reuniões Ordinárias.

2- Plano Nacional de Eliminação de Hidroclorofluorcarbonos-HCFCs.

- Informes das Decisões do ExCom

- Consulta Pública do IBAMA, referente ao controle dos HCFCs.

3- Projeto de Eliminação do Tetracloreto de Carbono-CTC, como agente de processo em duas aplicações da empresa Braskem.

4- Outros informes.

1. DESENVOLVIMENTO

O coordenador do PROZON deu início à reunião informando que o Brasil se encontra atualmente na fase de planejamento da eliminação dos hidroclorofluorcarbonos-HCFCs e que será elaborado plano a ser apresentado ao Fundo Multilateral do Protocolo de Montreal solicitando recursos para auxiliar o país na eliminação destas substâncias. No Brasil, o setor que mais necessitará de apoio financeiro é o setor produtor de espumas.

Informou que durante a última reunião do Comitê Executivo realizada em abril de 2008, foram discutidas as regras que serão adotadas para os projetos de conversão, principalmente a relação entre os custos. No caso dos CFCs, foi adotado determinado valor correspondente à quantidade de tonelada eliminada de CFC e o custo para se eliminar esta quantidade. No caso dos HCFCs, este critério ainda está em discussão. Outro critério que também está em discussão é o ano limite de instalação da empresa, que no caso dos CFCs era 1995. Também está sendo discutida a elegibilidade das empresas que solicitarão a segunda conversão, ou seja, aquelas empresas que foram beneficiadas com recursos do Fundo Multilateral e fizeram a conversão dos CFCs para os HCFCs.

Atualmente um dos grandes problemas brasileiros é o controle das importações de HCFCs, visto que o Brasil não é produtor e que grande parte dos equipamentos que contém HCFCs são importados. Neste sentido, o IBAMA elaborou minuta de Instrução Normativa, a qual foi disponibilizada para consulta pública desde o dia 16 de abril de 2008. Foi dado o prazo de 60 dias para que os interessados manifestem alguma sugestão.

A Senhora Magna Ludovice apresentou os detalhes da Decisão 54/39 do Comitê Executivo do Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal, que trata das diretrizes para elaboração dos Planos Nacionais de Eliminação de HCFCs.

1- Aprovação da atas das 11ª e 12ª reuniões

As atas foram consideradas aprovadas, somente feita a recomendação de se acrescentar o nome do Sr. Ruy de Góes em ambas atas e o nome do Sr. Gustavo Arnizaut na 12ª ata.

2- Plano Nacional de Eliminação dos HCFCs

Os presentes foram informados que os documentos das reuniões internacionais são disponibilizados nas páginas da internet (Fundo Multilateral e Secretariado do Ozônio).

O Coordenador do PROZON informou que o Brasil optou pelo PNUD e GTZ como agências implementadoras do Programa Nacional de Eliminação de HCFCs, sendo o PNUD a agência líder. Informou ainda que durante a última reunião os países do Artigo 5 foram encorajados a buscar outros benefícios além daqueles relacionados à proteção da Camada de Ozônio (outros benefícios ambientais). Além disso, sugeriu-se que os países do Artigo 5 busquem outras fontes de recursos para financiamento da eliminação dos HCFCs. O Brasil defendeu a idéia de que é possível alianças com outros setores, como por exemplo já tem sido feito com o setor elétrico, no caso da cooperação técnica entre o Governo brasileiro e as concessionárias de energia elétrica. Mas é fundamental que a responsabilidade pelo provimento de recursos para a

implementação dos planos nacionais de eliminação de HCFC seja do Fundo Multilateral.

3- Projeto de Eliminação do CTC

O projeto que visa a eliminação do tetracloreto de carbono-CTC na empresa Brasken já havia sido apresentado ao PROZON durante o ano de 2007, porém não foi aprovado na 53ª Reunião. Ele foi revisto e apresentado durante a 54ª reunião (abril de 2008) tendo sido aprovado.

4- Outros informes

A representante do Ministério da Saúde informou que a consulta pública da Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA que propõe a organização do setor farmacêutico, proibindo a produção de MDIs com CFC a partir de 1º de janeiro de 2011 além de outros temas foi encerrada, havendo somente uma manifestação, a qual está sendo avaliada. Possivelmente não haverá nenhuma alteração no texto proposto.

A Sra. Tatiana Zanette trouxe informações a respeito da última Reunião da Rede, realizada na Argentina no início do mês de maio/2008. Nesta reunião foram discutidos temas referentes à possibilidade de produção de MDI com CFC após 1º de janeiro de 2010, ressaltando que apesar desta possibilidade, os custos para adquirir o CFC após esta data serão muito altos. A Sra. Magna Ludovice lembrou que esta possibilidade não está aberta ao Brasil, pois o Governo brasileiro comprometeu-se perante o Fundo Multilateral a eliminar todo o consumo de CFC, inclusive do setor de MDIs, a partir de 1º de janeiro de 2010. Além disso, foi lembrado o caso da Índia, que deverá pagar multa ao Fundo Multilateral por ter extrapolado sua cota anual de consumo de CFC.

A Sra. Tatiana informou que durante a reunião os presentes foram alertados para as campanhas de sensibilização dos médicos e pacientes, em relação ao uso dos medicamentos alternativos. A representante do Ministério da Saúde informou que, após discussões no âmbito do Grupo de Trabalho interno do Ministério da Saúde, esta questão já foi discutida e o grupo tem a posição de que a classe de pacientes não é diretamente o alvo de campanhas de conscientização.

Concluindo a reunião, o coordenador do PROZON ressaltou que é possível um phase-out antecipado, porém é preciso não comprometer a possibilidade de recebimento de recursos para apoiar as empresas nos projetos de conversão.

Novas diretrizes do Fundo para os projetos de conversão serão discutidas nas próximas reuniões que serão realizadas em julho e em novembro de 2008.

O representante do Ministério da Fazenda solicitou que as informações sobre reuniões do PROZON, convites para reuniões internacionais e outras informações sejam enviadas para os e-mails pessoais dos representantes e que os convites para as reuniões internacionais destaquem qual o setor do ministério é interessado.